

Álvaro guerra ou a memória revisitada da História

Três anos depois da sua morte, Álvaro Guerra não está esquecido para as gentes de Vila Franca de Xira, ainda e sempre na memória dos que por estas nasceram e viveram: Alves Redol, Jorge Reis, Júlio Graça e outros. Por isso, nas homenagens que agora foram prestadas em memória do autor de *Os Mastins*, merece a pena chamar a atenção para um dos seus melhores romances como é *A Guerra Civil* (1993).

Desde Alexandre Herculano, o "romance histórico" tem conhecido altos e baixos se atentarmos na nossa vasta bibliografia. Mas depois de ter sido considerado como matéria literária no século XIX, conheceu um relativo apagamento no começo do século passado para nos últimos vinte anos da década de oitenta de novo ser "reabilitado" no domínio da ficção, sobretudo através de José Saramago, Fernando Campos, Mário Cláudio, Mário de Carvalho, Mário Ventura ou Luís Rosa e outros. Mas o que sobressai no "romance histórico", que se inspira em factos do passado para os cruzar com uma intriga ficcional, é (ainda) o "pretexto" de trazer da História passada figuras, factos e ideias que se podem e devem entender no presente conhecido sob outras perspectivas ideológicas ou literárias, sem que essa "revisitação" seja inteiramente conseguida ou literariamente "recuperada" num tempo narrativo que de facto se interliga com a vida e a história do nosso passado.

Ora, depois da sua trilogia dos "cafés", para fixar em termos romanescos os acontecimentos vividos desde a Primeira República até ao 25 de Abril, sem esquecer todavia o tempo clandestino de subversão pelas mesas de muitos cafés de um a outro extremo do País, em pleno regime de Salazar e de Caetano, Álvaro Guerra enveredou por este romance no sentido de querer "recuperar" uma visão quase transfigurada da própria história portuguesa, talvez nas coordenadas mais visíveis do seu passado, porque as lutas liberais ou os ideais miguelistas de todo não morreram nesta passagem cronológica de mais de cento e cinquenta anos, mas com o propósito claramente literário de fixar os contornos de uma guerra civil que entre a Carta Constitucional de 1828 e o fim das tréguas na Convenção de Évora-Monte em 1834 avassalou o País e deixou fortes marcas que ainda hoje, em certos planos da nossa mentalidade ou modo de ser português, muito se evidenciam na sua plenitude. Assim, o próprio Álvaro Guerra explica, ao falar deste romance, que "na situação extrema duma guerra civil, como a que ensanguentou o País nos anos 20 e 30 do século XIX, as nossas virtudes e defeitos mostraram a sua carne viva, quando a luta pelos ideais, quimeras e utopias há muito haviam já esgotado a suprema energia de dobrar outros cabos das tormentas."

Mas se Portugal alcançou então uma situação-limite como antes mal tinha conhecido (ou esquecera as lutas populares e camponesas de 1383-85, que Fernão Lopes descreve de forma admirável como poucos dos nossos cronistas medievais), a verdade é que esse doloroso conflito mudaria os destinos do País no bem e no mal das forças em conflito, mas daí ninguém ganhou com os desmandos e atropelos de toda a ordem que então se cometeram em nome da lei e da grei. E é Oliveira Martins quem ainda nos esclarece nas páginas finais do seu *Portugal Contemporâneo* (3ª. ed., 1894), quando historia todos os acidentes de percurso das lutas liberais, desde a "Carta", passando pela Santa Aliança, sedição do Norte, regência de Dom Pedro e Cerco do Porto, até ao magistério de Mousinho da Silveira: "Os liberais caíram com a queda das suas esperanças e, vendo morrer o sistema, julgaram mortas as coisas. A um sistema sucede outro sistema e, nos intervalos das doutrinas sucessivamente dominantes, há sempre pausas de materialismo obscuro".

Mas o que Álvaro Guerra inventaria na história cruzada que serve de pretexto à estrutura ficcional deste romance, é a "pequena história" de um homem dividido (Filipe de Villepin) entre os amores de Margarida ou de Christine, uma vivendo em Lisboa e a outra em Paris, mas o cenário romanesco de *A Guerra Civil* é realmente a própria história recuperada como profunda e grande "metáfora" para se impor como lição de proveito (e talvez não de exemplo) a quem sucedeu na ordem natural das coisas e da vida, percorrendo os mesmos lugares, escutando a mesma voz antiga de uma língua que tem o seu estatuto, confrontando-os com as mesmas (ou outras dentro da mesma roupagem, ou o contrário). Porque o que nos fica da leitura do romance é, sobretudo, esse modo de peregrinar pelos caminhos da História e neles descobrir as marcas indeléveis do que ainda subjaz ou se afirma como marco de um idêntico destino colectivo. A construção ficcional importa pouco, pois, quando se deseja colocar em evidência os "sinais" dos acontecimentos ou partir deles para fazer certas analogias, despertando no leitor de hoje a atenção para aquilo que na História se não repete, mas pelas naturais coincidências ou paralelismos se pode fazer entender dentro de uma outra perspectiva.

Por isso, na leitura deste romance de Álvaro Guerra, mais do que ler uma obra de ficção, o leitor aprende a "revisitar" ou a "redescobrir" os caminhos do nosso passado à luz de uma intencionalidade narrativa que recupera o tempo e a memória de "coisas mortas" em mera aparência para as reconduzir a um plano de compreensão da nossa história e destino como Povo. Todavia, entre miguelistas e liberais, os fados da História portuguesa sempre se cruzaram numa antítese aparente, porque o que mais sobressai, apesar de todas as escaramuças, mesmo as de uma guerra civil, é ainda a "brandura dos nossos costumes" ou a consciência de que atrás de nós outros virão que melhor não farão - rima e é verdade, claro que sim. Por tudo isso, pois, a leitura deste romance de Álvaro Guerra impõe-se como necessária e sedutora, não apenas por nos consentir uma outra visão das lutas liberais, mas sobretudo por saber utilizar a literatura de ficção como forma de "escrita" e de reinvenção estética que incide em "histórias" mais ou menos conhecidas dos compêndios de historiografia pátria.